

---

# PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DE MONTES OCIDENTAIS E BEIRA ALTA PRGP - MOBA

---

**Entregável n.º 16 - Resumo Não Técnico**

outubro de 2023

Promovido por :



Realizado por:



*Esta página foi deixada propositadamente em branco*

## Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica da Elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Montes Ocidentais e Beira Alta (PRGP – MOBA)
<b>Descrição:</b>	O documento sumariza e traduz o conteúdo do Resumo Não Técnico da AAE da Elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Montes Ocidentais e Beira Alta (PRGP – MOBA), tornando este documento mais acessível a um grupo mais alargado de interessados.
<b>Data de produção:</b>	3 de agosto de 2023
<b>Data da última atualização:</b>	3 de outubro de 2023
<b>Versão:</b>	Versão 03
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
<b>Direção Geral do Território:</b>	<u>Coordenação Institucional</u> Fernanda do Carmo   Ana Seixas <u>Acompanhamento</u> Fátima Bacharel   Marta Rodrigues
<b>GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda./UTAD:</b>	<u>Coordenação:</u> Ricardo Almendra   Mestre <u>Equipa Técnica:</u> Alberto Manuel Botelho de Miranda   Licenciado. Andreia Mota   Mestre. Ângela Leite   Mestre. Beatriz Konstantinovas   Mestre. Célia Mendes   Mestre. Domingos Manuel Mendes Lopes   Doutor. Emanuel Renato Sousa de Oliveira   Doutor Helena Corrêa   Mestre. José Manuel Martinho Lourenço   Doutor Leilson Ferreira   Doutor Liliana Daniela Cerqueira de Sousa   Mestre. Lina Sofia Matos Lourenço Gomes   Doutor. Manuel José Teixeira Martins   Licenciado. Maria Elisa Machado Bairrinho   Licenciada. Paula Pereira   Mestre. Rui Manuel Vítor Cortes   Doutor. Tânia Cristina do Cima Gonçalves   Doutor. Teresa Costa   Mestre. Tiago Samuel Borba Roriz Ramires   Mestre.
<b>Código de documento:</b>	356
<b>Estado do documento</b>	Versão para discussão pública
<b>Código do Projeto:</b>	072011202
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	PRGP_MOBA_AAE_RNT_V03

*Esta página foi deixada propositadamente em branco*

## ÍNDICE

Índice.....	5
Índice de Figuras .....	5
Índice de Quadros .....	6
1 O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO? .....	7
2 O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA? .....	8
2.1 QUAL É A METODOLOGIA UTILIZADA? .....	9
3 O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL? E O QUE É A DECLARAÇÃO AMBIENTAL? ...	15
4 QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO DA AAE? .....	17
5 QUAIS SÃO OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PRGP-MOBA? .....	19
6 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO .....	20
7 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO .....	22
7.1 FCD 1 RESILIÊNCIA AO FOGO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS .....	22
7.2 FCD 2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	26
7.3 FCD 3 RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS .....	30
7.4 FCD 4 GOVERNANÇA .....	36
8 QUE RECOMENDAÇÕES DEVEM SER SEGUIDAS?.....	39
9 QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO?.....	42
10 QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES? .....	46
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Relatório de Fatores Críticos para a Decisão .....	9
Figura 2: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico .....	10

Figura 3: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Consulta institucional e Discussão Pública .....	11
Figura 4: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Declaração Ambiental .....	12
Figura 5: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Seguimento e Monitorização	13
Figura 6: Esquema metodológico em simultâneo de elaboração do PRGP-MOBA e da Avaliação Ambiental Estratégica .....	14

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Quadro de Referência Estratégico da elaboração do PRGP-MOBA .....	20
Quadro 2: Questões-chave do FCD 1 – Resiliência ao Fogo e Alterações Climáticas .....	22
Quadro 3: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD 1 – Resiliência ao Fogo e Alterações Climáticas .....	23
Quadro 4: Síntese das tendências de evolução do Resiliência ao Fogo e Alterações Climáticas referente aos objetivos de sustentabilidade .....	25
Quadro 5: Questões-chave do FCD 2 – Desenvolvimento Socioeconómico e Valorização do Território .....	26
Quadro 6: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD 2 – Desenvolvimento Socioeconómico e Valorização do Território .....	28
Quadro 7: Síntese das tendências de evolução do Desenvolvimento Socioeconómico e Valorização do Território referente aos objetivos de sustentabilidade .....	29
Quadro 8: Questões-chave do FCD 3 - Recursos Naturais e Serviços dos Ecossistemas .....	30
Quadro 9: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD 3 – Recursos Naturais e Serviços dos Ecossistemas .....	33
Quadro 10: Síntese das tendências de evolução do Recursos Naturais e Serviços de Ecossistemas referente aos objetivos de sustentabilidade .....	35
Quadro 11: Questões-chave do FCD 4 – Governança .....	36
Quadro 12: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD 4 – Governança .....	37
Quadro 13: Síntese das tendências de evolução do FCD 4 – Governança referente aos objetivos de sustentabilidade .....	38
Quadro 14: Indicadores de seguimento e monitorização ambiental do PRGP-MOBA .....	43

## **1 O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?**

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA) da elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem de Montes Ocidentais e Beira Alta (PRGP-MOBA) e vem dar cumprimento ao estabelecido no Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica, na alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº232/2007, de 15 de junho a, que estabelece que o RA deve ser acompanhado por um RNT.

O RNT é um documento que integra a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), mas que é editado de forma autónoma. O seu papel, enquanto elemento da AAE, é o de sumarizar e traduzir, em linguagem não técnica, o conteúdo do RA da AAE, tornando este documento mais acessível a um grupo mais alargado de interessados. Este documento apresenta as principais informações contantes no RA, nomeadamente:

- Os principais objetivos do PRGP-MOBA e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o PRGP- MOBA e a forma como estes objetivos foram tidos em consideração;
- As características ambientais das zonas mais suscetíveis de serem significativamente afetadas;
- A identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação do PRGP- MOBA;
- As medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar os efeitos adversos significativos no ambiente resultante da aplicação do PRGP- MOBA.

Assim, o RNT é uma peça essencial no processo de participação do público, contudo para o total esclarecimento ou aprofundamento de qualquer matéria nele contida, sugere-se a consulta direta do RA da AAE.

## 2 O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

A AAE pode ser entendida, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAEE), como a *“identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa”*.

A elaboração da presente AAE enquadra-se no disposto pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo n.º 1 do artigo 3.º do diploma mencionado. Desta forma, a AAE constitui-se como um instrumento estratégico para a sustentabilidade, cuja abrangência se encontra refletida nos artigos 2.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as devidas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, e cuja aplicação ao caso específico dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) é enquadrada pelo facto de estes constituírem o Programa de Transformação da Paisagem (PTP) que está em conformidade intelectual com o Programa Nacional da Política de Ordenamento de Território (PNPOT), com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de concretização do próprio Programa, em harmonia com o conceito segundo o qual os processos de AAE foram legalmente concebidos.

No caso particular, a AAE do PRGP-MOBA visa reforçar a integração das questões ambientais, sociais e económicas na estratégia do plano, potenciando os impactos positivos e minimizando os negativos, através da definição de recomendações e estabelecendo medidas de monitorização ambiental, que permitam aferir e ajustar os efeitos resultantes da implementação deste plano.

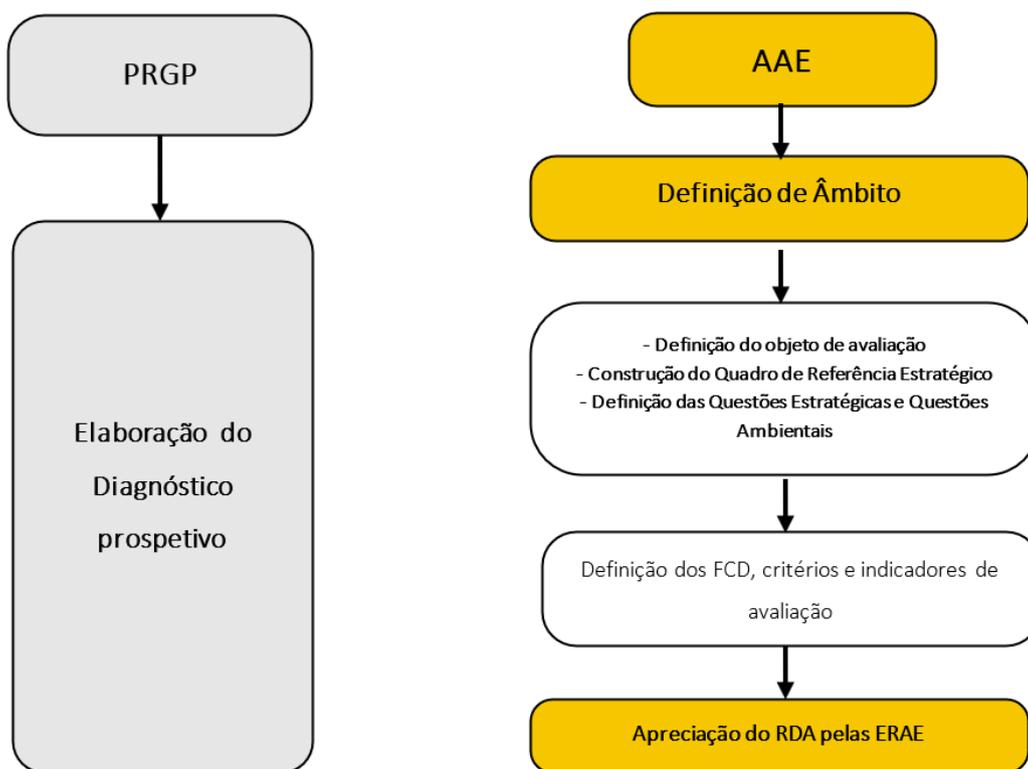
A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina que processos contínuos como os planos diretores municipais, que apresentam ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possam ser eficazmente elaborados, implementados e monitorizados. Nesse quadro, a metodologia proposta para a presente AAE pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo, institucional e de comunicação.

## 2.1 QUAL É A METODOLOGIA UTILIZADA?

### ETAPA 1 – RELATÓRIO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A **Etapa 1, “Relatório de Fatores Críticos para a Decisão”**, ocorre a definição do âmbito e dos objetivos da AAE, que inicialmente compreende a recolha, sistematização e organização da informação necessária para que a construção do modelo de ocupação e uso do território seja realizada de maneira eficiente, tendo em conta os parâmetros e as metas definidas ao nível do quadro da AAE. São definidos os Fatores Críticos de Decisão (FCD).

**Figura 1: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Relatório de Fatores Críticos para a Decisão**

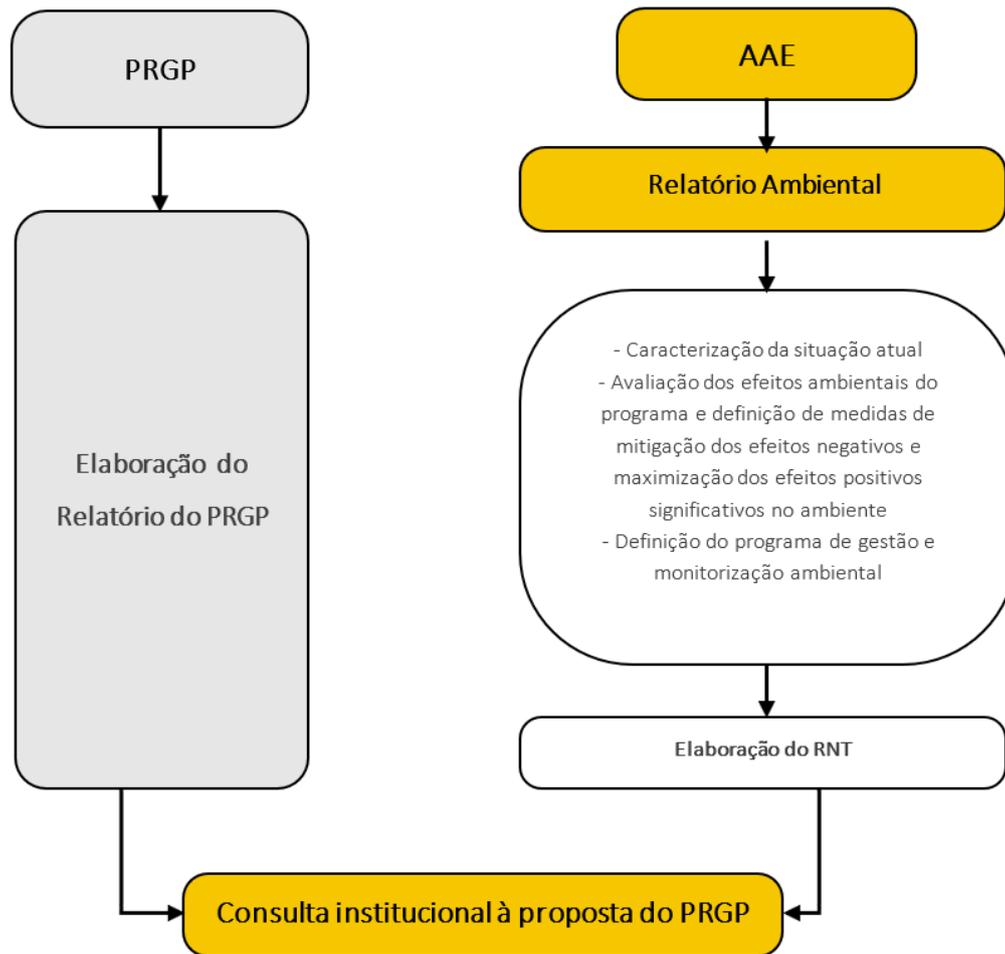


### ETAPA 2 – RELATÓRIO AMBIENTAL E RESUMO NÃO TÉCNICO

Na **Etapa 2, “Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico”**, presente fase, procede-se a um conjunto de estudos técnicos com os FCD definidos, avaliam-se os diferentes cenários estipulados e verificam-se as oportunidades e os riscos, sendo que

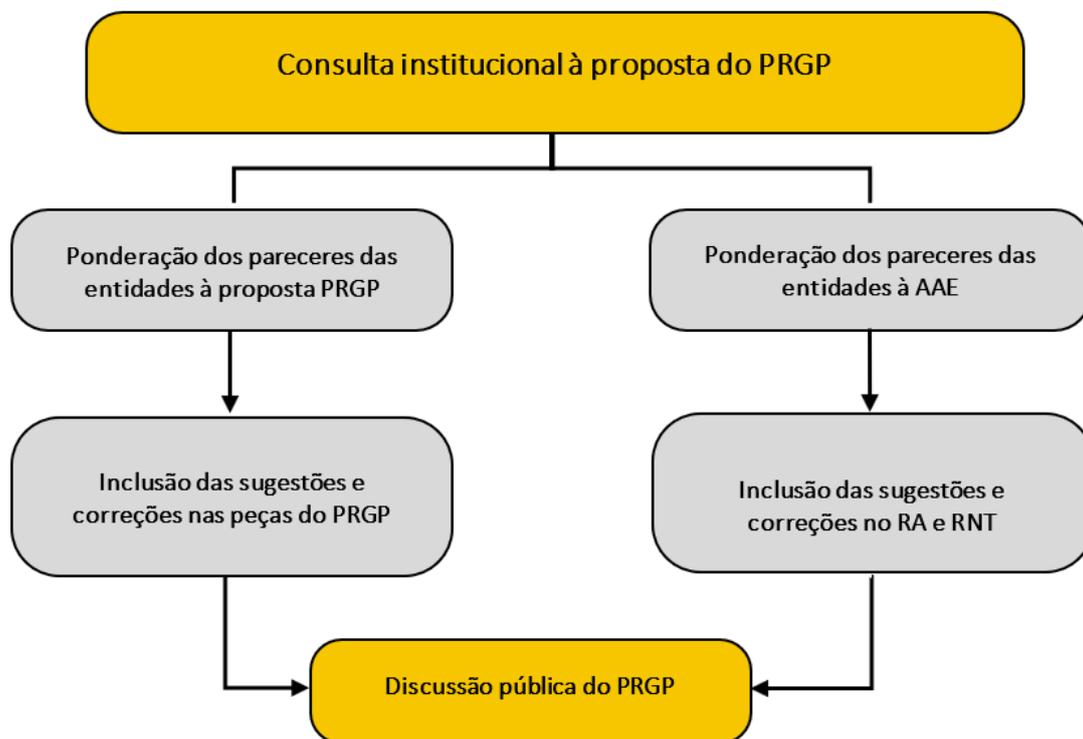
essas avaliações podem ser feitas várias vezes, resultantes da implementação do PRGP-MOBA. Em conformidade, elabora-se o RNT de forma a sumarizar o conteúdo do RA e com linguagem não técnica para o alcance do público em geral.

**Figura 2: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico**



Uma vez concluída a consulta institucional à proposta de programa e respetivos RA e RNT, as considerações fornecidas nos pareceres emitidos pelas entidades consultadas na etapa anterior, serão ponderadas e incluídas nos respetivos documentos. Esta etapa culmina com a entrega da proposta de PRGP (versão para discussão pública), respetivamente, acompanhado do RA e respetivo RNT (versão para discussão pública).

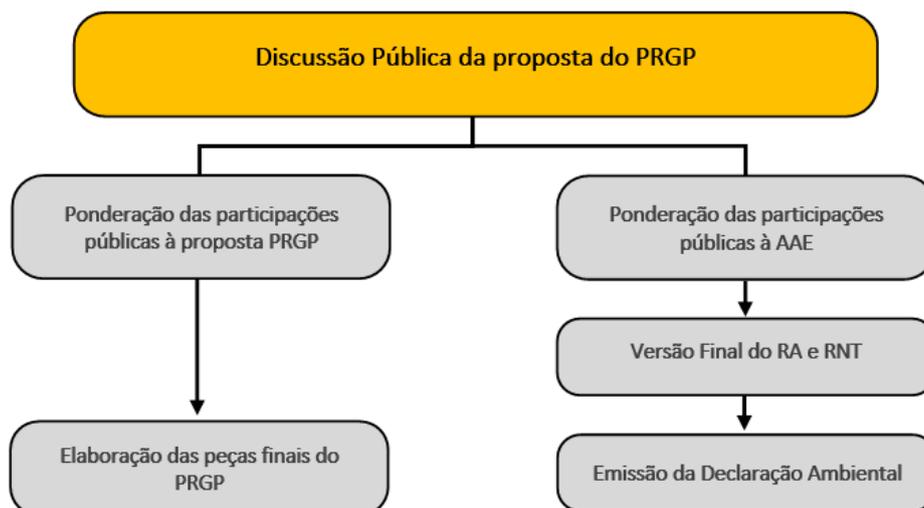
**Figura 3: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE – Consulta institucional e Discussão Pública**



### ETAPA 3 - DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Na **Etapa 3, “Declaração Ambiental”**, após finalizado e aprovado o programa (incluído o RA e RNT), será elaborada a Declaração Ambiental (DA), na qual se descreve a forma como as considerações ambientais do RA foram integradas na versão final do programa, devendo também referir as razões que fundamentaram a aprovação do programa e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação da execução do programa.

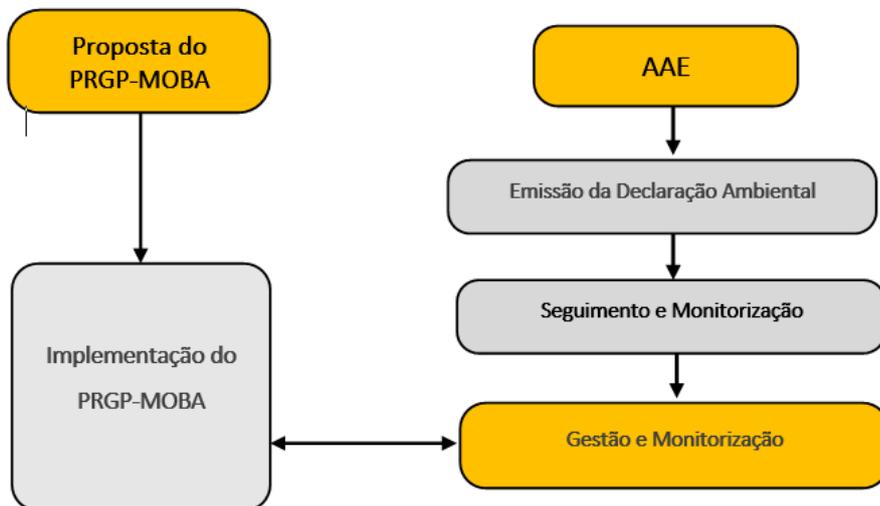
**Figura 4: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE - Declaração Ambiental**



#### ETAPA 4 - SEGUIMENTO E MONITORIZAÇÃO

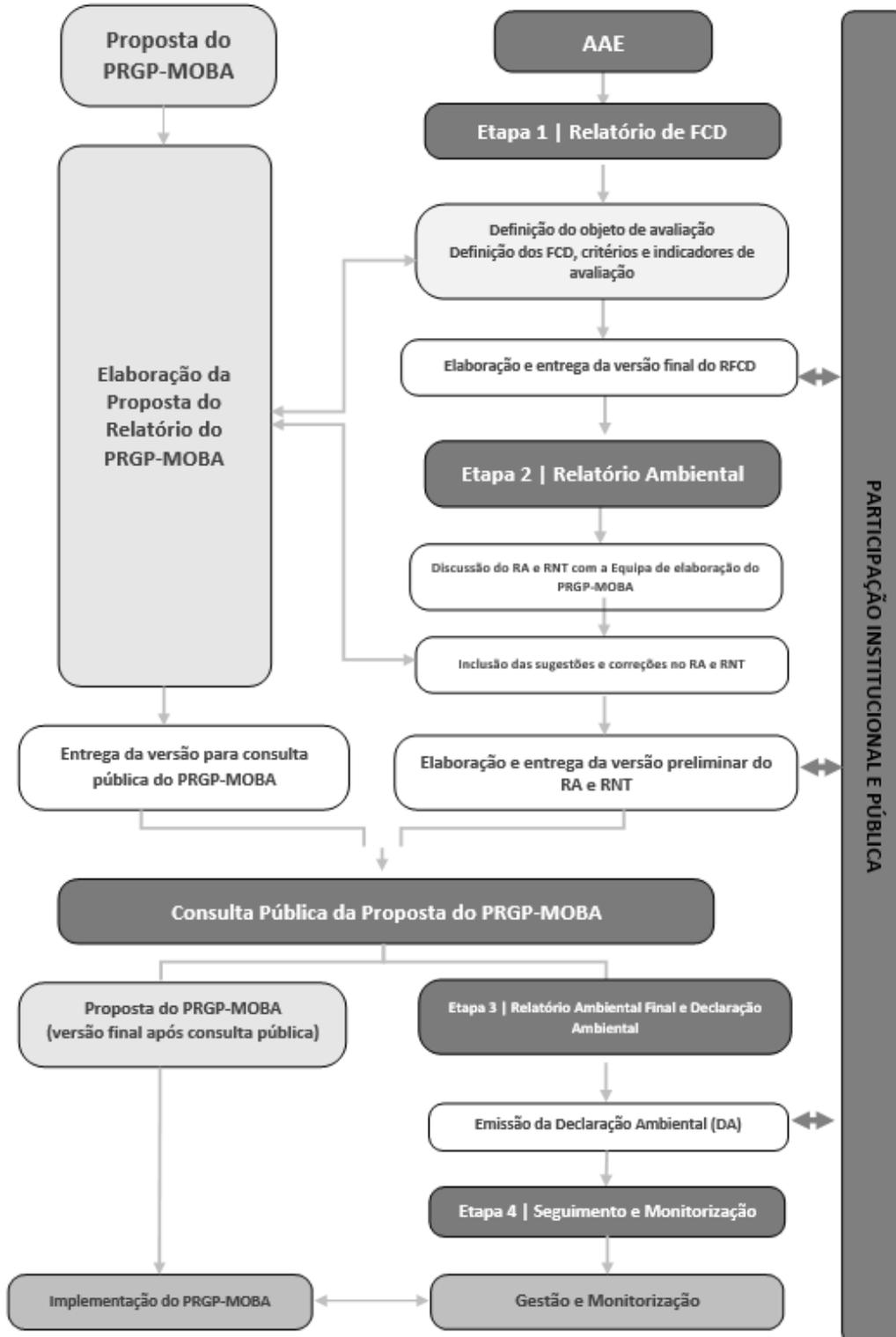
Na **Etapa 4, “Seguimento e Monitorização”**, corresponde ao cumprimento do programa de monitorização ambiental que deverá acompanhar a concretização do PRGP-MOBA. Desta forma, o programa de monitorização da AAE deve ser implementado complementarmente, otimizando o processo global de acompanhamento através da potenciação de sinergias e estabelecendo o acompanhamento permanente da execução do programa.

**Figura 5: Esquema metodológico de elaboração do PRGP e da AAE - Seguimento e Monitorização**



Em síntese, a **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** apresenta a articulação metodológica entre a componente de planeamento e de avaliação ambiental estratégica definida para o processo de elaboração e aprovação do PRGP-MOBA.

**Figura 6: Esquema metodológico em simultâneo de elaboração do PRGP-MOBA e da Avaliação Ambiental Estratégica**



### **3 O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL? E O QUE É A DECLARAÇÃO AMBIENTAL?**

O RA apresenta os principais estudos e conclusões do processo da AAE decorrido ao longo do processo de elaboração da proposta do PGRP-MOBA. Neste documento identifica-se a situação existente e as tendências de evolução na ausência da elaboração do PGRP-MOBA, seguido da identificação dos efeitos ou impactos esperados com aplicação do plano, através da avaliação das medidas e ações preconizadas pelo PRGP. Supletivamente, estabeleceram-se diretrizes de governança e seguimento para assegurar a gestão e monitorização estratégica da implementação do PGRP-MOBA.

A elaboração do RA tem em consideração as exigências legais estabelecidas pelo n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, segundo o qual devem constar os seguintes elementos:

*“a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;*

*b) As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa;*

*c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;*

*d) Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;*

*e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;*

*f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa;*

*g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;*

*h) Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º.”*

O RA é elaborado considerando igualmente os resultados da consulta efetuada a entidades estabelecidas legalmente para o efeito e ao público em geral.

Após a aprovação do PRGP-MOBA, será elaborada a Declaração Ambiental, nos termos do artigo 10.º na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Uma vez finalizado o processo, a proposta do Programa e a Declaração Ambiental serão enviados à Agência Portuguesa do Ambiente e às entidades consultadas neste processo.

A Declaração Ambiental, destina-se a informar o público, e as autoridades consultadas, sobre a forma como as considerações ambientais foram retratadas na proposta de elaboração do PRGP-MOBA.

Deste modo na Declaração Ambiental será identificada a forma como as considerações ambientais do RA foram integradas na versão final do Programa, referindo as observações apresentadas pelas entidades e pela consulta pública e os resultados da respetiva ponderação. Deve ficar explícita a forma como as observações foram integradas no processo ou, caso não se tenha procedido à sua integração, ser apresentada a respetiva justificação.

A declaração apresentará, ainda, as razões que fundaram a aprovação do plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrente da aplicação do plano, vinculando a entidade ao seu cumprimento.

A Declaração Ambiental será disponibilizada ao público pela Direção-Geral do Território (DGT) através da sua página de internet (<https://www.dgterritorio.gov.pt/>), podendo ser igualmente disponibilizada na página de internet da APA ([www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt)).

## 4 QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO DA AAE?

O objeto de avaliação do presente trabalho é a proposta de elaboração do PRGP-MOBA, o qual está direcionado para a construção de paisagens qualificadas e resilientes de territórios mais vulneráveis localizados nos Montes Ocidentais e Beira Alta, abrangendo 18 freguesias de nove concelhos da região Centro de Portugal.

A proposta prevê estar alicerçada nas aptidões do solo e nos ativos locais, resilientes a vulnerabilidades e riscos, promover o fomento da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e geradoras de rendimentos sustentados e sustentáveis, resultando na contribuição da atratividade territorial e a melhora da qualidade de vida das áreas rurais.

Através da aprovação do Programa de Transformação da Paisagem - PTP (Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho) e o regime jurídico da reconversão da paisagem (Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho), foram definidos um conjunto de medidas programáticas e o quadro de instrumentos jurídicos para definir, planear, programar e gerir os territórios vulneráveis, delimitados pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro.

Assim, previu-se a elaboração de um conjunto de PRGP, dentre eles o PRGP-MOBA, determinado através do Despacho n.º 11891/2021, publicado em Diário da República n.º 233, 2.ª série de 2 de dezembro de 2021. O programa abrange intervenções integradas de base territorial em territórios mais vulneráveis, com objetivos de elaborar uma proposta de *“desenho e a construção de paisagens qualificadas e resilientes, alicerçadas nas aptidões do solo e nos ativos locais, resilientes a vulnerabilidades e riscos, fomentadoras da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e geradoras de rendimentos sustentados e sustentáveis, contribuindo para a atratividade territorial e a qualidade de vida das áreas rurais”* (Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro).

De acordo com o n.º 4 do Despacho n.º 11891/2021, os objetivos estratégicos dos PRGP, são:

- a) *“Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;*
- b) *Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade,*

*contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;*

- c) Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas;*
- d) Promover uma nova economia para os territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.”*

## **5 QUAIS SÃO OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PRGP-MOBA?**

Os FCD constituem o esqueleto estruturante da AAE e procuram, fundamentalmente, apontar aspetos críticos da situação existente e tendencial e relevantes para o processo de desenvolvimento e sua sustentabilidade. Os fatores críticos considerados são aqueles que podem causar eventuais efeitos significativos (positivos/negativos) resultantes da aplicação do Programa e sobre os quais a AAE se deve debruçar e que garantem o tratamento das questões ambientais exigidas na legislação.

### **FCD 1 - RESILIÊNCIA AO FOGO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

- A floresta é um património fulcral para o desenvolvimento sustentável do país, sendo os incêndios rurais inegavelmente uma relevante ameaça com impactes severos ocasionados a todos os níveis (social, ambiental e económico). Assim, este fator incide sobre o contributo que o PRGP-MOBA terá para adaptar e promover a resiliência do território, em particular ao risco de fogo, além de aumentar sua capacidade para prevenir e minimizar outros riscos ao qual o território está suscetível. Para além do exposto, este fator pretende verificar a adaptação da proposta do modelo territorial do PRGP-MOBA face aos previsíveis impactes das alterações climáticas, garantindo sua maior resiliência.

### **FCD 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

- Este fator compreende a avaliação do modelo territorial (ordenamento, planeamento e gestão) proposto pelo PRGP-MOBA, permitindo realizar uma análise espacial do setor económico, visando a diversificação da economia, avaliação da competitividade e otimização dos setores agrícola e florestal. Importa ainda, avaliar a valorização das demais potencialidades da região (valores e vetores como a paisagem, a cultura e o turismo), visando o desenvolvimento e o impacto no setor social visando a melhoria da qualidade de vida da população.

### **FCD 3 - RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS**

- Na área de intervenção do PRGP-MOBA existe uma grande relevância em termos biofísicos, sendo valores ecológicos importantes para a conservação da natureza, como a presença de uma Zona Especial de Conservação (ZEC da Rede Natura 2000), e áreas afetas a Regime Florestal. Neste contexto de conservação dos valores naturais, a importância dos serviços dos ecossistemas traduzem os benefícios que os seres humanos recebem dos ecossistemas funcionais, afetando de forma positiva a qualidade de vida. Este fator visa avaliar a forma com que o PRGP-MOBA contribui para a conservação e reconhecimento dos valores naturais e salvaguardar os ecossistemas.

### **FCD 4 - GOVERNANÇA**

- Este fator verifica a forma de intervenção dos governantes, agentes públicos, privados e associativos irão participar na gestão setorial e territorial, o qual permitirá verificar aspetos institucionais de implementação do próprio programa e a sua aposta numa gestão e cidadania ativa, promovendo os cinco princípios adotados pela União Europeia: transparência, participação, responsabilidade, eficácia e coerência.

## 6 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Neste ponto apresenta-se o Quadro de Referência Estratégico (QRE) para a AAE, sendo analisadas as políticas, planos e programas internacionais, nacionais, regionais e locais pertinentes para a avaliação. Pretende-se identificar potenciais sinergias e/ou conflitos com o PRGP, sendo verificada a coerência entre os objetivos de ambiente e sustentabilidade estabelecidos nesses documentos estratégicos de referência e os objetivos do mesmo.

**Quadro 1: Quadro de Referência Estratégico da elaboração do PRGP-MOBA**

ÂMBITO	INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
<b>INTERNACIONAL</b>	Agenda Territorial da União Europeia 2030 (AT 2030)
	Estratégia de Biodiversidade da União Europeia 2030
	Convenção de Berna
<b>NACIONAL</b>	Portugal 2030
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB)
	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC)
	Programa de Transformação da Paisagem (PTP)
	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)
	Plano Nacional de Infraestruturas 2030 (PNI 2030)
	Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil (PNEPC)
	Plano Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA PNGIFR)
	Estratégia Nacional para as Florestas 2014-2020 (ENF)
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)
	Plano Sectorial para a Rede Natura 2000 (PSRN2000)
	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
	Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)
	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050)
	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020)
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)	
Plano Nacional da Água (PNA)	
Estratégia Turismo 2027	
<b>REGIONAL</b>	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-C) <sup>1</sup>

<sup>1</sup> O PROT-C, ainda que não publicado, é um instrumento importante a considerar no modelo de organização do território Centro de Portugal, estando aí definidas as orientações e diretrizes para o ordenamento do território.

<b>ÂMBITO</b>	<b>INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO</b>
	Programa Regional de Ordenamento do Território do Centro Litoral (PROF CL)
	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)
	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5)
	Plano de Ordenamento da Albufeira da Aguieira (POAA)
	Plano de Ordenamento da Albufeira de Fronhas (POAF)
	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM Região de Coimbra (PIAAC-CIMRC)
<b>MUNICIPAL</b>	Plano Diretor Municipal de Arganil
	Plano Diretor Municipal de Coimbra
	Plano Diretor Municipal de Góis
	Plano Diretor Municipal de Lousã
	Plano Diretor Municipal de Miranda do Corvo
	Plano Diretor Municipal de Penacova
	Plano Diretor Municipal de Penela
	Plano Diretor Municipal de Tábua
	Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Poiares
	PMEPC dos concelhos abrangidos
	PMDFCI dos concelhos abrangidos

## 7 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

### 7.1 FCD 1 RESILIÊNCIA AO FOGO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

#### Situação atual

No Quadro 8 são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD 1 – Resiliência ao Fogo e Alterações Climáticas.

#### **Quadro 2: Questões-chave do FCD 1 – Resiliência ao Fogo e Alterações Climáticas**

QUESTÕES-CHAVE
Atual realidade de êxodo da população mais jovem para os centros urbanos, o progressivo envelhecimento da população rural, abandono das atividades tradicionais do sector primário, aumento de áreas abandonadas, a predominância de pequenas propriedades e alargamento do uso florestal (por vezes espontâneos e com gestão deficiente), todos estes e demais fatores aumentam a exposição dos territórios ao perigo de incêndio.
Entre os anos de 2012 e 2021, a área de intervenção do PRGP-MOBA registou um total de 54.614,5 ha de área ardida e 673 ocorrências, tendo sido responsáveis por um total de 49,6% da área ardida e 26,2% das ocorrências registadas no total dos nove concelhos abrangidos.
No período analisado, o mês de outubro totaliza o maior valor de área ardida, sendo os meses de julho a setembro os que registam os maiores números de ocorrências.
Destaca-se a importância das execuções das ações previstas nos PMDFCI e PMEPC dos concelhos abrangidos pelo PRGP-MOBA.
A distribuição da área ardida em espaços florestais, na área de intervenção do PRGP-MOBA, verifica-se que entre 2012 e 2021, a área ardida em povoamentos florestais corresponde a 97,4% da área ardida total, sendo superior à área ardida em matos o que corresponde a 2,6% da área ardida total (1.397,9ha).
30,1% do território do PRGP-MOBA encontra-se com áreas florestais situadas em áreas com perigosidade alta ou muito alta de ocorrência de incêndios rurais, a serem áreas que necessitam de gestão florestal adequada e eficiente.
Ocorrência de áreas ardidas em áreas protegidas e de interesse de conservação, ocorrendo maioritariamente em áreas classificadas como Rede Natura 2000 e áreas sujeita a Regime Florestal.
Casualidade de incêndio rural causado por “incendiarismo”, seguido da causa associada ao “uso do fogo”.
Em relação à recuperação de áreas ardidas, verificou-se que no território do MOBA não se identificaram projetos de recuperação de áreas ardidas.
Área de intervenção com suscetibilidade a riscos de secas e desertificação, cheias e inundações e de erosão do solo.
Projeções futuras para a área de intervenção prevê que devido às alterações climáticas ocorra o aumento da temperatura média anual; diminuição das chuvas média anual; aumento no número de dias com ondas de calor; redução da humidade relativa do ar; e o aumento do risco elevado de incêndio.
Os impactos negativos identificados pelos efeitos das alterações climáticas como relevantes para região de Coimbra, realçam-se os prejuízos para as atividades económicas da agricultura, produção animal, fitossanidade, florestas, e áreas naturais e biodiversidade.
Agravamento nas condições para a ocorrência dos incêndios rurais.
Necessidade da adoção de medidas mitigatórias, que combatam as causas, e de medidas de adaptação, que minimizem os impactos, com vista a uma sociedade neutra em carbono e resiliente ao clima, adaptada às suas consequências, reduzindo a vulnerabilidade e alcançando o

QUESTÕES-CHAVE
desenvolvimento sustentável.
Existência de planos e estratégias intermunicipais e regionais de adaptação dos territórios às alterações climáticas.

### **Tendência de Evolução sem PRGP-MOBA**

Considerando a atual situação da área de intervenção do PRGP-MOBA relativamente aos riscos de incêndios rurais e outros, prevê-se que sem a implantação do Programa se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas, uma vez que manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças na área de intervenção.

Sem a implantação do PRGP-MOBA não haverá alteração de ações, o que permanecerá a atual situação, como a predominância de culturas monoespecíficas (eucalipto e pinheiro bravo); proliferação de espécies invasoras; redução da biodiversidade; simplificação da paisagem; êxodo rural com conseqüente abandono dos terrenos; território envelhecido; aumento de áreas sem gestão adequada, o qual eleva a suscetibilidade de ocorrência de incêndios. Por outro lado, referente aos demais riscos identificados, a expansão do coberto vegetal auxiliará na proteção do solo e de recursos hídricos; contudo, o cenário da não implantação ocasionará em um território abandonado e sem aproveitar das oportunidades da região.

### **Identificação dos Efeitos**

Diante da elaboração da proposta de um desenho da paisagem desejável pelo PRGP-MOBA, apresenta-se os efeitos positivos e negativos referente a implantação deste, a partir das estratégias assumidas para sua elaboração.

**Quadro 3: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD 1 – Resiliência ao Fogo e Alterações Climáticas**

CRITÉRIOS	PONTOS	
	POSITIVO	NEGATIVO
Incêndios Rurais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção da paisagem desejável, resultando na proposta do Desenho Transformador da Paisagem (DTP).</li> <li>• Ações de transformação determinadas para áreas estratégicas para a reduzir a perigosidade a riscos de incêndios rurais.</li> <li>• Proposta considera as áreas de extrema conservação e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Importante gestão das áreas de matos.</li> </ul>

CRITÉRIOS	PONTOS	
	POSITIVO	NEGATIVO
	<p>proteção, devido a presença de valores naturais e biodiversidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promove a multifuncionalidade das áreas, gerando novos subprodutos.</li> <li>• Redução das áreas de sistema florestal de produção na área de intervenção, mais especificamente de manchas florestais de monoespécies de pinheiro-bravo e eucalipto;</li> <li>• Criação/manutenção das faixas de gestão de combustíveis;</li> <li>• Articulação com instrumentos estratégicos de âmbito municipal como PDM e PMDFCI;</li> <li>• Com a implementação total da proposta de desenho da paisagem esta ficaria inserida em cerca de 94,7% do território em perigosidade reduzida.</li> </ul>	
Riscos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitamento das consequências dos serviços dos ecossistemas gerados pela implantação do DTP.</li> <li>• Aumento do coberto vegetal o que reduz a suscetibilidade dos diversos riscos.</li> <li>• Adotar a ocupação do solo adequada para zonas declivosas, sem deixar os solos expostos a ação da chuva e vento.</li> <li>• Melhora da permeabilidade do solo e redução de solos compactados.</li> <li>• Instalação e reforço de galerias ripícolas.</li> <li>• Conjunto de ações desejáveis com contributos a mitigação dos riscos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nada a apontar.</li> </ul>
Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impactos de melhora ambiental a longo prazo.</li> <li>• Identificar e valorizar os serviços dos ecossistemas.</li> <li>• Em geral, o DTP aumenta o potencial de sequestro de carbono na área de intervenção.</li> <li>• Aumentar a resiliência dos territórios de floresta e a segurança das pessoas, animais e bens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nada a apontar.</li> </ul>

Importa verificar a síntese das tendências de evolução do FCD – Resiliência ao Fogo e Alterações Climáticas diante dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no âmbito do processo da AAE.

**Quadro 4: Síntese das tendências de evolução do Resiliência ao Fogo e Alterações Climáticas referente aos objetivos de sustentabilidade**

<b>OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>	<b>EVOLUÇÃO SEM O PRGP</b>	<b>EVOLUÇÃO COM O PRGP</b>
Garantir que o modelo territorial adotado será adequado à suscetibilidade e vulnerabilidade da área de intervenção aos principais riscos, em particular ao fogo		-	+
Contribuir para aumentar a resiliência dos territórios ao fogo		-	+
Intervenções estratégicas, medidas ou projetos que promovam a mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas		-	+

<b>DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL</b>	<b>DISTANTE</b>	<b>PRÓXIMO</b>	<b>MUITO PRÓXIMO</b>
<b>TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO</b>	- Negativa	0 Sem alteração Significativa	+ Positiva

## 7.2 FCD 2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

### Situação atual

No Quadro 5 são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD 2 – Desenvolvimento Socioeconómico e Valorização do Território.

#### **Quadro 5: Questões-chave do FCD 2 – Desenvolvimento Socioeconómico e Valorização do Território**

QUESTÕES-CHAVE
Redução da população residente e tendência para o envelhecimento populacional (aumento na população com idade de 65 ou mais anos) e decréscimo na população mais jovem.
Território analisado caracteriza-se por ser pouco povoado, as freguesias que registavam uma população residente mais significativa, no ano 2021, eram as freguesias de Lousã e Vilarinho – concelho da Lousã (12.921 indivíduos), a freguesia de Semide e Rio Vide – concelho de Miranda do Corvo (3.337 indivíduos) e a freguesia de Ceira – concelho de Coimbra (3.244 indivíduos).
Referente ao nível de instrução da população, verifica-se uma melhora significativa entre os anos de 2011 e 2021. No ano de 2021, na área de intervenção do PRGP-MOBA apresenta-se a taxa de analfabetismo que varia entre 2,0% (freguesia de Carapinha – concelho de Tábua) e 7,9% (freguesia de Pombeiro da Beira - concelho de Arganil).
As principais atividades que emprega a população na área de intervenção do PRGP-MOBA são o “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas” (18,4% da população dos concelhos abrangidos pelo Programa) e seguido das “indústrias transformadoras” (16,2% da população dos concelhos), importa ter uma mão-de-obra qualificada para gerar melhores empregos e adoção de novas tecnologias nos sistemas produtivos.
Redução do número de desempregados nos concelhos abrangidos pelo Programa entre 2012 e 2021.
A área de intervenção do PRGP-MOBA abrange 468,8Km <sup>2</sup> distribuída por 18 freguesias em nove concelhos envolvidos, sendo que 91% da área de intervenção está classificada como solo rústico e 9% como solo urbano.
Os concelhos abrangidos pelo Programa apresentam as categorias de qualificação do solo mais expressivas as áreas florestais (72,9%) e áreas agrícolas (cerca de 12,7%).
Identificam-se a presença de aglomerados rurais e edificações dispersas somente em 1,06% e 0,21% da área total dos concelhos, verificando a presença das duas categorias nos concelhos de Penacova e Vila Nova de Poiares.
Território a constituir Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), localizadas na Serra da Lousã (897,2ha) e Alva – Concelho de Vila Nova de Poiares (464,0ha).
Na área de intervenção do PRGP-MOBA é predominantemente ocupado por áreas de “floresta” ocupam 77,3% do território do Programa (36.257,5ha), as áreas de “agricultura” ocupam cerca de 12,2% do território do Programa (5.711,0ha), as “áreas sociais” ocupam 5,4 do território do Programa (2.557,2ha), e por fim, as áreas de matos e pastagens que ocupam 3,0% do território do Programa (1.413,7ha).
Referente a ocupação florestal, verifica-se que 52,5% da área floresta na área de intervenção está ocupada por cultivo de eucalipto e 32,5% da área floresta ocupada por povoamento de pinheiro bravo.
No que concerne às áreas agrícolas, maioritariamente são ocupadas por “mosaicos culturais e parcelares complexos” e “culturas temporárias de sequeiro e regadio”, o qual correspondem a 40,6% e 27,9% da área agrícola na área de intervenção do PRGP-MOBA, respetivamente.
Devido às alterações climáticas, têm-se constatado nos países mediterrânicos um aumento das temperaturas e um crescimento da irregularidade de chuvas, sendo expetável que no futuro ocorra um aumento na dependência dos regadios principalmente para atividade agrícola, sendo que na

<b>QUESTÕES-CHAVE</b>
área de intervenção são identificados cinco no concelho de Góis e 10 no concelho da Lousã.
Aumento de explorações agrícola e de explorações por conta próprias entre 2009 e 2019.
Efetivo animal no ano de 2019 na área de intervenção, apresentava que eram as explorações de aves que se destacavam, seguidos de caprinos e ovinos. Em número de animais, destaque para as aves, ovinos, colmeias e cortiços povoados, caprinos, coelhos, suínos, bovinos e equídeos.
Na área de intervenção do PRGP-MOBA existe um conjunto de produtos que apresenta elevada relevância, sendo cinco produtos Indicação Geográfica Protegida (IGP) - Maçã da Beira Alta, Vinho das Beiras, Vinho das Beiras – Beira Litoral, Vinho das Beiras – Terras de Sicó, Vinho das Terras do Dão; e oito produtos Denominação de Origem Protegida (DOP) – e.g. Borrego Serra da Estrela DOP e Mel da Serra da Lousã e, ainda, três outros produtos que apresentam elevada relevância para estes territórios (Arrufada de Coimbra, Nevadas de Penacova e Pastéis de Santa Clara).
Em termos de explorações de recursos geológicos e minerais na área do PRGP-MOBA, destaca-se a presença de um conjunto de ocorrências minerais de elementos como Chumbo (Pb), Ouro (Au), Caulino e Urânio (U). É relevante ressaltar que a exploração mineira ao longo dos anos não foi acompanhada de preocupações ambientais, resultando em impactes ao nível dos solos e sedimentos, meio hídrico e qualidade do ar. Deste modo, no sentido de mitigar estes impactes, as áreas mineiras degradadas devem ser sujeitas a recuperação ambiental.
Existência de 23 empreendimentos turísticos classificados como Empreendimentos Turísticos em Espaço Rural (TER) e 213 unidades de alojamento local nas freguesias abrangidas pelo Programa, contudo mais informações a respeito de indicadores turísticos (número de hóspedes, estada média, total de dormidas e outros) não foi possível aferir diante a ausência de informações à nível de freguesia.
Referente ao património arquitetónico, identifica-se 20 imóveis classificados e cinco imóveis em vias de classificação, que se distribuem pelos concelhos de Lousã (20 imóveis), Arganil (dois imóveis) e Miranda do Corvo (três imóveis).

### **Tendência de Evolução sem PRGP-MOBA**

A área de intervenção do PRGP-MOBA carece de uma estratégia de desenvolvimento e valorização do território que integra objetivos de desenvolvimento económico com sustentabilidade, alinhando uma estratégia de desenvolvimento.

Na tentativa de avaliar qual seria a tendência de evolução sem a implantação do PRGP-MOBA, verificou-se modificações importantes na área de intervenção abrangida pelo Programa, em virtude de transformações demográficas, económicas, políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, o que se entende que, se as estratégias de planeamento não acompanharem este dinamismo, as áreas envolvidas não terão evolução no seu desenvolvimento de forma adequada a oferecer uma melhor qualidade de vida a população, impulsionando ao êxodo rural.

A efetiva redução da população evidencia a tendência para valores negativos na presente década. A situação atual caracteriza-se por um envelhecimento da população, pela diminuição de nascimentos conjugada com o aumento da esperança de vida. Portanto, verifica-se que, sem uma estratégia definida no âmbito da elaboração do PRGP-MOBA, poderá não ser possível transformar e territorializar uma estratégia de reforço do potencial territorial da área de intervenção.

Sem a implantação do Programa não existirá uma estratégia para reforçar o potencial económico e revitalizar as atividades económicas locais, o que resulta no êxodo rural, abandono das áreas rurais e das tradições culturais. Importa realçar a importância da população no desenvolvimento de atividades que reconhecem, cuidam e valorizam o capital natural do território.

O presente FCD sem a implantação do PRGP-MOBA mantém a atual situação económica, tendo dificuldades de desenvolver as atividades agrícolas e pecuárias diante de várias limitações e desafios ocorrentes na área, além de restrições devido a localização em zonas protegidas. Ainda, se identifica a dificuldade no acesso a financiamento; dificuldade no fomento as atividades de turismo, lazer e recreação; além de não promover a revitalização das atividades económicas com base em produtos e serviços endógenos.

### **Identificação dos Efeitos**

Diante da elaboração da proposta de um desenho da paisagem desejável pelo PRGP-MOBA, apresenta-se os efeitos positivos e negativos referente a implantação deste, a partir das estratégias assumidas para sua elaboração.

**Quadro 6: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD 2 – Desenvolvimento Socioeconómico e Valorização do Território**

CRITÉRIOS	PONTOS	
	POSITIVO	NEGATIVO
Distribuição e estrutura populacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da fixação de população na área, de forma a desenvolver as atividades primárias e gerir a paisagem.</li> <li>• Manutenção das atividades já estabelecidas.</li> <li>• Gestão das áreas de matos com a oportunidade de associação com outras atividades e geração de produtos.</li> <li>• Possibilidade de formação e capacitação com informações mais atuais e troca de conhecimentos e experiências.</li> <li>• Controlar a expansão populacional e edificações de maneira a planear a ocupação do solo.</li> <li>• Articulação com instrumentos estratégicos de âmbito municipal, como PDM e PMDFCI.</li> <li>• Estratégia de transição nas áreas envolventes aos aglomerados com a ocupação por áreas de agricultura e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modificar o uso do solo, o qual para alguns trabalharam a vida toda com a respetiva atividade.</li> <li>• Pouca assistência técnica para desenvolvimento das novas atividades.</li> <li>• Dependência de financiamentos para a transformação da paisagem.</li> <li>• Nenhuma proposta a considerar os resíduos produzidos pela população.</li> </ul>

CRITÉRIOS	PONTOS	
	POSITIVO	NEGATIVO
	<p>pastagens.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Incorporar na proposta diretrizes de planeamento e gestão com as medidas e recomendações a adotar nos PDM dos concelhos abrangidos pelo PRGP-MOBA.</li> </ul>	
Desenvolvimento Económico (atividades em solo rústico)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforço da atividade agrícola e das áreas multifuncionais de pastagens e matos.</li> <li>Diversificar a economia e geração de novos produtos.</li> <li>DTP considerando as atuais atividades, aptidão do uso do solo e potencialidades identificadas.</li> <li>Aposta em sistema agro-silvo-pastoril como tecnologia de integração agricultura-pecuária-floresta.</li> <li>Promoção de atividades associadas como silvopastorícia, apicultura, turismo e outra.</li> <li>Identificação de áreas prioritárias de intervenção.</li> <li>Potencialidades energéticas e minerais nas áreas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização da produção energética através de aerogeradores (cumeadas).</li> <li>Necessidade de uma gestão eficiente das áreas de matos a fim de promover a multifuncionalidade destas áreas.</li> </ul>
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento do setor turístico e de produtos à escala local.</li> <li>Promover o património natural e construído e cultural, oferecendo uma experiência singular e de excelência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Poluição ambiental com o aumento de pessoas nas áreas.</li> <li>Necessidade de fiscalização regular no que concerne a produção e gestão de resíduos empreendimentos turísticos.</li> </ul>

Importa verificar a síntese das tendências de evolução do FCD 2 – Desenvolvimento Socioeconómico e Valorização do Território diante dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no âmbito do processo da AAE.

**Quadro 7: Síntese das tendências de evolução do Desenvolvimento Socioeconómico e Valorização do Território referente aos objetivos de sustentabilidade**

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM O PRGP	EVOLUÇÃO COM O PRGP
Otimizar o contributo do setor agrícola e florestal para o desenvolvimento rural, o crescimento económico, a criação de emprego e a qualidade de vidas das populações, numa perspetiva de multifuncionalidade		0	+

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM O PRGP	EVOLUÇÃO COM O PRGP
Promover o modelo agro-silvo-pastoril		-	+
Intervenções estratégicas, medidas ou projetos que promovam a mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas		0	+
Criar condições de atratividade para a fixação da população e assegurando o equilíbrio territorial		-	+
Contribuir para a vitalidade territorial		-	+
Avaliar a taxa de atratividade e fixação da população		-	+
Apostar na diversificação da economia e explorar as potencialidades do setor das energias renováveis		0	+
Fomentar as atividades de turismo, lazer e recreação baseados nos recursos e valores locais (património natural e cultural)		0	+
Incentivo à revitalização do território rural, em particular dos espaços florestais, através da transformação da paisagem		-	+
Avaliar a valorização das demais potencialidades da região		-	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO	- Negativa	0 Sem alteração Significativa	+ Positiva

### 7.3 FCD 3 RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

#### Situação atual

No Quadro 8 são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD 3 – Recursos Naturais e Serviços dos Ecossistemas.

#### **Quadro 8: Questões-chave do FCD 3 - Recursos Naturais e Serviços dos Ecossistemas**

QUESTÕES-CHAVE
A área de intervenção do PRGP-MOBA encontra-se abrangida por uma Zona Especial de Conservação (ZEC) da Rede Natura 2000, nomeadamente, ZEC PTCON0060 - Serra da Lousã; e por áreas afetadas a Regime Florestal.
Na área de intervenção do PRGP-MOBA, a ZEC Serra da Lousã ocupa uma área total de 5.995,6ha,

### QUESTÕES-CHAVE

o que corresponde a 12,6% do território da área de intervenção e 39,6% desta zona encontra-se inserida neste território. Caracteriza-se por apresentar declives acentuados, aspeto que origina encostas abruptas e vales encaixados, sendo várias vezes inacessíveis por meio terrestre.

Regista-se a presença de paisagens singulares e que possuem um elevado valor para este território e para as suas populações. A área de intervenção do PRGP – MOBA encontra-se inserida numa paisagem singular, destacando-se, especialmente, a serra da Lousã, o vale do rio Alva e o vale do rio Ceira, e ainda a presença de 13 Aldeias do Xisto que remonta à pré-história.

No território do MOBA são identificados 24.718,15ha de Reserva Ecológica Nacional (REN) e 4.727,66ha (corresponde a 9,9% do território do Programa) de Reserva Agrícola Nacional (RAN), o qual são restrições de utilidade pública de âmbito nacional, sujeitas a um regime territorial especial.

Identificam-se diversas rotas e percursos pedestres, exemplo, rotas rodoviárias, Rota EN2, percursos pedestres de pequena rota, percurso interpretativo da Mata da Margaraça (concelho de Arganil), percursos de Cyclin e outros.

Em relação aos principais cursos de água que atravessam a área de intervenção do PRGP-MOBA, destaca-se os seguintes: a ribeira Alheda, a ribeira da Falgueirosa, a ribeira de Alge, a ribeira de Aveledo, a ribeira de Rochei, a ribeira do Alquebe, a ribeira do Tapado, o rio Alva, o rio Arouce, o rio Ceira, o rio Dueça ou Corvo, o rio Mondego e o rio Sátão. O estado das massas de água é que maioritariamente encontram-se com estado global “bom e superior” (53%) e classificação “inferior a bom” (47%).

Em relação a flora identificada ao longo da Serra da Lousã, esta é bastante diversificada, constatando-se a ocorrência de azinheiras (*Quercus rotundifolia*) nas zonas mais secas e ensolaradas, bem como de carvalhais de carvalho-roble (*Quercus robur*) e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) (9230) nas zonas mais húmidas e frias. Já referente a fauna, a ZEC Serra da Lousã possui áreas que são importantes para a conservação de espécies como o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) (esta é uma área de elevada diversidade genética para esta espécie e de maior vulnerabilidade).

De acordo com a Carta de Usos e Ocupação do Solo 2018, a área de intervenção do PRGP-MOBA encontra-se composta maioritariamente ocupada por espaços florestais: florestas (77,3%) e matos (2,9%). Entre os anos de 1995 e 2018, destaca-se um aumento da classe associada aos territórios artificializados (34,8%), seguindo-se a classe dos espaços descobertos ou com pouca vegetação (7,9%) e das áreas de florestas (3,9%).

Importância da aplicação de uma política de planeamento na gestão correta dos espaços florestais, com articulação com instrumentos estratégicos, exemplo os Programas Regionais de Ordenamento Florestal, que promovem as funções florestais a serem consideradas e promoção da implantação de corredores ecológicos, importantes para a conectividade de áreas de proteção e conservação.

A área de intervenção identifica quatro Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e sete Planos de Gestão Florestal (PGF), importantes instrumentos de planeamento florestal. Quanto às áreas afetadas a Regime Florestal, o qual totaliza uma área total de 4.220,75 ha, o que corresponde a cerca de 8,9% da área total do PRGP-MOBA.

As “florestas de eucalipto” registam a maior presença na área de intervenção do PRGP – MOBA, ocupando 52,1% da área total de áreas florestais e 40,3% da área total de intervenção (19.188,9ha). Seguem-se em relevância as “florestas de pinheiro bravo” que correspondem a 32,9% do total de áreas florestais e 25,5% da área total de intervenção (12.110,1ha), e as “florestas de outras folhosas”, que correspondem a 8,4% do total de áreas florestais e 6,5% da área total de intervenção (3.087,0ha).

Por fim, sobre a capacidade de sequestro de CO<sub>2</sub>, são as florestas de eucalipto e pinheiro-bravo que se destacam, em Portugal, pela capacidade de sequestro de carbono. Destaca-se o eucalipto com 15-32 t CO<sub>2</sub>/ha/ano. Outra espécie é o pinheiro-bravo com um intervalo de sequestro na ordem das 15-26 t CO<sub>2</sub>/ha/ano. Por último o sobreiro com valores entre 1,0-5,1 t CO<sub>2</sub>/ha/ano.

Os serviços dos ecossistemas refletem o verdadeiro valor da floresta. Os serviços dos ecossistemas podem ser de suporte (formação de solo, reciclagem de água e nutrientes, produção de oxigénio atmosférico e fornecimento de habitat para a flora e a fauna e etc); de provisionamento (produção de alimentos, água potável, vestuário (fibras), combustíveis, recursos genéticos e medicamentos e etc); regulação (regulação climática, manutenção da qualidade do ar, regulação hidrológica, controlo da erosão, purificação da água e reciclagem de resíduos, controlo biológico - pragas das culturas e doenças dos animais e etc) e serviços culturais e de recreio (diversidade cultural e de sistemas de conhecimento, valores espirituais e religiosos, ciência e educação, valores estéticos, relações sociais, valores patrimoniais culturais, turismo, lazer e recreação e etc).

### QUESTÕES-CHAVE

Compreende-se que na temática dos serviços dos ecossistemas é necessário mais aprofundamento no assunto e tornar realidade seu dimensionamento para a sua valorização. Particularmente nas áreas florestais e agroflorestais, têm vindo a acentuar-se um conjunto de problemas de ordem económica, social e ambiental que tornam insustentável a trajetória de desenvolvimento, demonstrando sinais de uma economia de baixa rentabilidade e pouco resiliente, associada ao envelhecimento e redução da população residente, ao aumento da incidência e severidade dos incêndios e a problemas ambientais como a expansão de espécies exóticas invasoras, a erosão e perda de solo, a redução das áreas florestadas com espécies autóctones ou a perda de biodiversidade.

### **Tendência de Evolução sem PRGP-MOBA**

A evolução das componentes associadas a conservação dos valores naturais e serviços dos ecossistemas, na ausência do PRGP-MOBA, poderá apresentar-se, ao longo do tempo, tendencialmente negativa. Sem a elaboração do presente Programa espera-se que o PSRN2000 e demais instrumentos estratégicos incidentes na área, sejam as diretrizes utilizadas pelos territórios para a conservação destas áreas sensíveis, o qual não seria suficiente para a adoção, continuidade/manutenção das medidas e intervenções para alcançar o objetivo de conservar e/ou melhorar as características naturais e valorizar os serviços dos ecossistemas.

Referente à componente paisagística prevê-se que na ausência da implantação do PRGP-MOBA e com a continuidade da situação atual, ocorra a introdução de elementos dissonantes que promovem a descaracterização e simplificação da paisagem, como a expansão das áreas de florestas de pinheiro bravo e eucalipto (função principal de produção de madeira) e abandono de áreas.

No que respeita à qualidade das massas de água, é importante a intervenção na área em estudo através de um conjunto de medidas de recuperação que permitam complementar e articuladamente com as medidas previstas nos PGRH atingir o estado bom ou superior das massas de água superficiais, em especial da categoria rios.

Considera-se ainda insuficiente o número de projetos locais integrados e continuados com as atuais políticas e intervenções de proteção e gestão de âmbito da administração municipal e/ou regional e de outros projetos de conservação, que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats, facilitará a degradação progressiva, o que favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes.

Para além disso, sem a elaboração do presente programa, espera-se, no que se refere ao critério solo, que continue a decorrer a implementação de um conjunto de instrumentos de gestão territorial, onde se destaca os de incidência municipal e os planos especiais de ordenamento do território, nomeadamente da temática de

ordenamento e gestão de áreas protegidas, com efeitos positivos, mas, contudo, sem se proceder à adoção de uma estratégia regional concertada, essencialmente no que se à gestão de áreas singulares que constituem a estrutura biofísica do território.

Referente aos serviços dos ecossistemas, prevê-se efeitos negativos crescentes dos impactos das atividades antrópicas e das alterações climáticas sobre os ecossistemas e respetivos serviços, como aumento da degradação das áreas com espécies e habitats naturais protegidos, aumento da erosão do solo, poluição das linhas de água, supressão de galerias ripícolas e etc.

### **Identificação dos Efeitos**

Diante da elaboração da proposta de um desenho da paisagem desejável pelo PRGP-MOBA, apresenta-se os efeitos positivos e negativos referente a implantação deste, a partir das estratégias assumidas para sua elaboração.

**Quadro 9: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD 3 - Recursos Naturais e Serviços dos Ecossistemas**

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS NEGATIVOS</b>
<b>Valores Naturais e Paisagem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização dos instrumentos estratégicos para a elaboração da proposta do DTP;</li> <li>Ações de transformação de áreas para florestas de conservação/proteção, em mais de 50% da área transformada em todas UGP;</li> <li>Valorização dos recursos naturais;</li> <li>Conservação e manutenção de áreas com habitats naturais e espécies de flora e fauna;</li> <li>Desenho com compartimentação das áreas a evitar a ocorrência de grandes incêndios;</li> <li>Preservar as atuais linhas de água e albufeiras, principalmente na UGP Vales do Mondalva;</li> <li>Assegurar a manutenção das galerias ripícolas;</li> <li>Promover a valorização, recuperação e reabilitação da paisagem e ecossistema.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevado custo para a transformação das áreas.</li> </ul>
<b>Biodiversidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento da área de florestas de conservação/proteção;</li> <li>Conservação habitats e de espécies da flora e da fauna;</li> <li>Valorização dos recursos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Evolução negativa da conservação habitats naturais e seminaturais.</li> </ul>
<b>Solo e</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização mais eficiente de todo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas de matos dependem de</li> </ul>

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS NEGATIVOS</b>
<b>Geomorfologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o coberto do solo;</li> <li>Aumento das áreas de florestas de conservação/proteção;</li> <li>Proposta do DTP alicerçada em informações de aptidão do solo e geomorfologia da área de intervenção;</li> <li>Diversificar a geração de produtos em áreas de matos, através da associação com outras atividades;</li> <li>Neutralização da degradação do solo;</li> <li>Áreas de matos com grande potencial para os Serviços dos Ecossistemas de Provisionamento;</li> <li>Criação de uma paisagem compartimentada, a fim de redução de perigosidade de incêndios rurais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>uma gestão eficiente, para não serem focos de elevada perigosidade de incêndios.</li> </ul>
<b>Serviços dos Ecossistemas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de classificação dos serviços dos ecossistemas para cada classe de uso do solo.</li> <li>Utilização mais eficiente do coberto do solo, contribuindo para os Serviços dos Ecossistemas de Suporte, Regulação e Cultural e de Recreio.</li> <li>Maximização das áreas florestais.</li> <li>Compartimentação de usos, evitando manchas florestais contínuas demasiado extensas e contribuindo para os Serviços dos Ecossistemas de Provisionamento.</li> <li>Diversificação de usos.</li> <li>Áreas de matos com grande potencial para os Serviços dos Ecossistemas de Provisionamento.</li> <li>Incentivo a prática da resinagem, o qual é compatível a manutenção da biodiversidade.</li> <li>Promoção da atividade silvopastoril.</li> <li>Com o aumento do coberto do solo, ocorre a redução de processos erosivos do solo e aumento do sequestro de Carbono.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução dos serviços de ecossistemas referente a produção de material lenhoso e de resinagem da atividade de apicultura (Serviços dos Ecossistemas de Provisionamento), devido a redução de áreas de florestas de produção.</li> <li>Sucesso do Programa a depender da gestão eficaz do território, o que não tem ocorrido atualmente.</li> </ul>
<b>Recursos Florestais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento das áreas de florestas de conservação/proteção;</li> <li>Criação de uma paisagem diversificada e multifuncional;</li> <li>Maximização das áreas florestais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nada a apontar.</li> </ul>

CRITÉRIOS	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Privilegia operações silvícolas;</li> <li>• Elaboração da proposta em articulação com instrumentos estratégicos, como PROF;</li> <li>• Promoção de corredores ecológicos a garantir a conectividade da paisagem;</li> <li>• Identificação de áreas aptas para as principais espécies florestais;</li> <li>• Incentivar proprietários florestais a melhorar a execução de ações de gestão dos povoamentos florestais e alternativas técnicas para recuperação de áreas e prevenção aos riscos.</li> </ul>	

Importa verificar a síntese das tendências de evolução do FCD – Recursos Naturais e Serviços dos Ecossistemas diante dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no âmbito do processo da AAE.

**Quadro 10: Síntese das tendências de evolução do Recursos Naturais e Serviços de Ecossistemas referente aos objetivos de sustentabilidade**

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM O PRGP	EVOLUÇÃO COM O PRGP
Promover a melhora do estado de conservação dos valores naturais, ao nível da biodiversidade e da paisagem		-	+
Promover a conservação da biodiversidade e da geodiversidade		-	+
Garantir a manutenção dos processos biológicos que regulam os serviços de ecossistemas		-	+
Promover a sensibilização relativamente ao valor do património natural e dos serviços de ecossistemas		0	+
Garantir o incremento e valorização dos serviços dos ecossistemas, através de incentivo financeiro e avaliação do contributo destes para o bem-estar humano		0	+
Melhorar o estado das massas de águas subterrâneas e superficiais		-	+
Promover a implementação de estruturas verdes e azuis que potenciem os serviços dos ecossistemas		0	+
Garantir a conectividade da paisagem e a valorização e promoção de uma paisagem diversificada e multifuncional		0	+
Contribuir para a regulação e manutenção de processos biológicos essenciais desempenhados pelos ecossistemas florestais		-	+

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM O PRGP	EVOLUÇÃO COM O PRGP
Assegurar o correto ordenamento, qualificação e revitalização do espaço rústico, garantindo que os usos complementares e compatíveis são os adequados		-	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO	- Negativa	0 Sem alteração Significativa	+ Positiva

## 7.4 FCD 4 GOVERNANÇA

### Situação atual

No Quadro 11 são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD 4 – Governança.

**Quadro 11: Questões-chave do FCD 4 – Governança**

QUESTÕES-CHAVE
As governanças (entidades responsáveis e participantes) articulam os interesses, recursos e ações de responsabilidade de cada instituição interveniente na AAE e no processo de implementação do PRGP-MOBA. Sendo fundamental garantir investimentos públicos e privados para incentivar a aceitação do referido Programa nos territórios vulneráveis aos riscos de incêndios rurais, viabilizando uma gestão ativa como pilar da prevenção dos riscos e da construção de uma paisagem rural sustentável e resiliente.
Estima-se a aprovação / concretização de um total de 1.162 operações ocorrida nos concelhos abrangidos pelo PRGP-MOBA, relacionadas com as áreas temáticas de interesse (linhas de água, agricultura, floresta, turismo, energia e acessibilidades), com um montante cofinanciado (fundo aprovado), na ordem dos 131.058.307,44€.
Através da relação com a governança do PRGP-MOBA, pode-se ter mais possibilidades de aceder aos financiamentos disponíveis e uma forma de organizar e informar os proprietários sobre os assuntos.
A elaboração da proposta do PRGP-MOBA visou uma participação ativa referente a construção do Programa, através de sessões de participação das entidades envolvidas e população em geral: ocorreram três sessões em março de 2023; em maio trabalho de campo com os atores locais, com o objetivo de visitar projetos piloto e de boas práticas no território.
As informações produzidas e recolhidas no âmbito da elaboração e implantação do PRGP-MOBA deverá ser disponibilizada em locais de fácil acesso e atualizadas em tempo hábil para população em geral.

### **Tendência de Evolução sem PRGP-MOBA**

Considerando a atual situação na área de intervenção, prevê-se que sem a implantação do PRGP-MOBA a evolução do território se apresenta tendencialmente negativa, uma vez que não há intervenções para solucionar e gerir as situações referidas, não havendo melhora nas condições atuais. Além de que, perder-se-á a oportunidade para abordar as situações de baixa adesão as várias linhas de financiamento na perspetiva geral de estratégia de desenvolvimento sustentável.

Ainda sem a implantação da proposta do PRGP-MOBA não seria possível o debate entre equipa técnica, população em geral e atores envolvidos sobre a realidade destas áreas e como solucionar os desafios apresentados, visando gerar respostas estruturadas e sustentáveis ambientalmente e financeiramente.

### **Identificação dos Efeitos**

Diante da elaboração da proposta de um desenho da paisagem desejável pelo PRGP-MOBA, apresenta-se os efeitos positivos e negativos referente a implantação deste, a partir das estratégias assumidas para sua elaboração.

**Quadro 12: Avaliação dos efeitos da proposta no FCD 4 - Governança**

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>PONTOS POSITIVOS</b>	<b>PONTOS NEGATIVOS</b>
<b>Articulação Institucional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação entre as entidades e a população em geral;</li> <li>• Facilitar o acesso a fontes de financiamento para produtores da área de intervenção do PRGP-MOBA;</li> <li>• Utilização de instrumentos estratégicos internacionais e nacionais para ter alternativas de fontes de financiamento;</li> <li>• Modalidade operacional de multifundos;</li> <li>• Intervenções de investimentos a realizar nos territórios florestais, ações de manutenção e gestão da paisagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dependência de acesso às linhas de financiamento para a transformação da paisagem.</li> </ul>
<b>Participação Ativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação com os atores envolventes para a elaboração do DTP;</li> <li>• Auscultar os anseios, necessidades e expetativas referente ao Programa e o que pode possibilitar;</li> <li>• Utilização de metodologias diferenciadas e flexíveis de forma a obter o máximo de informações relevantes para a elaboração do Programa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrença na execução do Programa.</li> </ul>
<b>Divulgação da</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação em endereços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de muita informação</li> </ul>

CRITÉRIOS	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
<b>Informação</b>	eletrónicos com rapidez de acesso; • Fácil acesso as informações atualizadas.	e necessidade de rapidez na atualização destas; • Necessidade de monitorização regular.

Importa verificar a síntese das tendências de evolução do FCD 4 – Governança diante dos objetivos de sustentabilidade estabelecidos no âmbito do processo da AAE.

**Quadro 13: Síntese das tendências de evolução do FCD 4 – Governança referente aos objetivos de sustentabilidade**

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	EVOLUÇÃO SEM O PRGP	EVOLUÇÃO COM O PRGP
Articulação de competência entre as entidades públicas e privadas e o incentivo ao conhecimento e à cultura de responsabilidade na tomada de decisão		0	+
Integrar e compatibilizar as políticas do plano com as restantes políticas setoriais		0	+
Promover um maior envolvimento das organizações e da população nos processos de decisão		0	+
Responsabilizar os atores locais nos processos de planeamento e gestão do território, em particular dos espaços florestais, incentivando a colaboração		0	+
Assegurar a disponibilização de informação e favorecer a participação pública		0	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
<b>TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO</b>	- Negativa	0 Sem alteração Significativa	+ Positiva

## **8 QUE RECOMENDAÇÕES DEVEM SER SEGUIDAS?**

As recomendações que agora se apresentam pretendem, aproveitar ao máximo as oportunidades identificadas no âmbito de cada FCD e, tanto quanto possível, reduzir as eventuais ameaças que poderão surgir com a aplicabilidade do PRGP-MOBA.

### **FCD - RESILIÊNCIA AO FOGO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

- Garantir o correto ordenamento com o processo de transição e transformação da área de intervenção;
- Manter atualizada a identificação de espaços a passarem por processos de transformação e manutenção, assim como a sua evolução;
- Incentivar proprietários florestais para uma melhor execução de ações de gestão dos povoamentos após o fogo;
- Avaliar regularmente o regime de fogo;
- Assegurar a continuidade de novas informações e conhecimentos na área de intervenção e a correção de eventuais efeitos extremos que possam surgir relativamente aos riscos;
- Monitorizar possíveis novos casos de conflitos entre áreas dispersas e áreas com elevada perigosidade de incêndio rural;
- Garantir a gestão adequada nas áreas de matos;
- Promover a instalação de espécies e variedades vegetais, mais adaptadas às mudanças no clima, assim como espécies menos exigentes em água;
- Promover o conjunto de medidas previstas para a estratégia intermunicipal e regional de adaptação às alterações climáticas.

### **FCD - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO**

- Aumentar a consciencialização da população referente ao risco de incêndio rural e a importância das suas ações na prevenção e no combate aos fogos;
- Promover ações/projetos que potenciem a fixação da população jovem na área de intervenção;
- Restringir e dificultar a expansão do crescimento urbanístico disperso;

- Garantir o apoio técnico necessário, principalmente para o processo de transformação das áreas planeadas;
- Criação de campanhas de promoção dos produtos locais de modo a garantir a sustentabilidade das atividades económicas associadas a sistemas de produção biológicos ou que demonstrem sustentabilidade ambiental;
- Salvaguardar o cumprimento das condições de instalação e laboração das atividades económicas em solo rústico, de modo a promover a redução do impacto ambiental;
- Na agricultura, apostar numa utilização racional dos fertilizantes e pesticidas, assim como na introdução da agricultura biológica;
- Incentivar a prática de vários conceitos de economia circular, através da criação de agrupamento de proprietário e investidores, de forma a promover a reutilização, compartilhamento e transformação de produtos;
- Incentivar a promoção da visão de sustentabilidade ambiental nos empreendimentos turísticos, desde o planeamento do projeto ao seu pleno funcionamento;
- Valorizar as atividades turísticas em ligação com a natureza e as atividades agroflorestais;
- Promover a adoção de medidas ambientais para a eliminação correta dos resíduos e efluentes, de forma a melhorar o seu desempenho ambiental.

#### **FCD – RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS**

- Criação de ações/projetos que promovam a correta conservação e valorização dos valores naturais e paisagísticos;
- Reforçar a diversificação de espécies desde logo garantindo que nas linhas de água a vegetação existente é típica de galeria ripícola;
- Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta;
- Incentivar a restauração e preservação ecológica de habitats naturais e seminaturais;

- Incentivar os privados a cumprirem as regras estabelecidas no PMDFCI, como é o caso da limpeza dos terrenos e a criação de faixas de gestão de combustível;
- Favorecer a manutenção e exploração adequada dos espaços florestais, de modo a evitar a deflagração de incêndios rurais;
- Garantir a correta articulação dos possíveis traçados de ecopistas e percursos pedonais com os corredores ecológicos;
- Sensibilizar a população local e turistas para a preservação e valorização dos espaços naturais, usufruindo-os de uma forma sustentável;
- Garantir o incentivo ao desenvolvimento e implementação das práticas de gestão florestal;
- Garantir que os serviços dos ecossistemas sejam identificados, valorizados e recompensados adequadamente.

#### **FCD - GOVERNANÇA**

- Garantir a articulação entre as várias entidades envolvidas na implementação do PRGP-MOBA;
- Aumentar a participação ativa da população na implementação de projetos/ações;
- Incentivar os proprietários locais para uma melhor execução de ações de gestão em suas áreas;
- Garantir a elaboração de propostas e alternativas viáveis que auxiliem na implantação e execução do PRGP-MOBA.

## **9 QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO?**

Ao longo da implementação do PGRP-MOBA é fundamental fazer um acompanhamento do processo pois só assim será possível, não só controlar e avaliar a sua execução e os seus efeitos ao nível da sua sustentabilidade ambiental, como também avaliar atempadamente as consequências decorrentes de alterações na conjuntura global. O processo de monitorização ambiental e territorial deve:

- Acompanhar a evolução da execução do Programa;
- Permitir a avaliação do grau de eficiência e eficácia das orientações definidas no âmbito da AAE para um processo de decisão ambientalmente sustentável;
- Permitir a identificação de efeitos e riscos imprevistos que eventualmente surjam no decorrer de mudanças circunstanciais e que impliquem a alteração de algumas considerações elaboradas em sede da AAE.

A monitorização será desenvolvida com recurso à utilização de indicadores específicos, identificados no âmbito da AAE, e associados a cada FCD, permitindo avaliar o desempenho ambiental da elaboração do PRGP-MOBA com base em informação a recolher ao nível das intervenções previstas. O conjunto de indicadores que se apresentam deverão ser aferidos e validados previamente à implementação do programa em causa, de maneira a assegurar a sua exequibilidade e maximizar a sua eficácia na identificação e resolução atempada de eventuais situações de conflito.

Os resultados da monitorização deverão ser remetidos à APA, com uma periodicidade anual, devendo, simultaneamente, proceder-se à sua divulgação. Tendo por base as boas práticas para a AAE, os indicadores de monitorização deverão fixar-se nos 20, de forma a permitir uma avaliação concreta e de fácil concretização, e os indicadores deverão focar-se no ambiente, outras questões deverão ser avaliadas no âmbito do programa de monitorização e avaliação estabelecido no PRGP-MOBA.

**Quadro 14: Indicadores de seguimento e monitorização ambiental do PRGP-MOBA**

<b>FCD</b>	<b>INDICADORES DE AVALIAÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>VALOR DE REFERÊNCIA</b>	<b>FONTE</b>	<b>PERIODICIDADE</b>	<b>META</b>
<b>RESILIÊNCIA AO FOGO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS</b>	• Áreas transformadas em conformidade com a implantação do PRGP-MOBA	Hectares	s/d	Câmaras Municipais e PRGP- MOBA	Anual	Concretizar todas as ações previstas
	• Variação da área ardida e número de ocorrências de incêndios rurais	N.º e Hectares	110.123,8ha 2.566ocorrências (2012-2021)	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	Reduzir
	• Áreas ardidadas recuperadas	Hectares	s/d	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	Aumentar
	• Número de intervenções para a prevenção e mitigação dos impactes dos riscos	N.º e Identificação	s/d	Câmaras Municipais e PRGP- MOBA	Anual	Aumentar
	• Medidas de mitigação/adaptação para as alterações climáticas implementadas no âmbito dos PMACs	N.º e Identificação	s/d	Câmaras Municipais e PIAAC	Quinquenal	Criar medidas associadas aos PMAC
<b>DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONOMICO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO</b>	• Variação da população residente	%	-4,3% (Censos 2021)	INE	Anual	Aumentar
	• Taxa de desemprego	%	Varia entre 1,89% e 7,46% (Censos 2021)	IEFP e INE	Anual	Reduzir

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Qualidade da oferta de alojamento em empreendimentos turísticos [N.º de empreendimentos turísticos com categoria igual ou superior a 4* / N.º total de empreendimentos turísticos]</li> </ul>	%	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 100% em Pombeiro da Beira e Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego</li> <li>- 44,88% em Lousã e Vilarinho</li> <li>- 56,74% em Miranda do Corvo</li> <li>- 0% restantes freguesias</li> </ul>	TdP/SIGTUR	Quinquenal	Aumentar
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas do setor da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</li> </ul>	Euros	24.043.241 euros	INE	Anual	Aumentar
<b>RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior</li> </ul>	N.º e %	Rios: 53% do total Albufeiras: 50% do total Subterrâneas: 100%	APA	Quinquenal	Atingir o estado "bom e superior" em todas as massas de água
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estado de conservação dos habitats protegidos</li> </ul>	Hectares por tipologia e classe de estado de conservação dos habitats naturais	2013-2018 - regista taxa inferior a 5% "favorável"	ICNF	Anual	Aumentar o estado "favorável" nbos habitats
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Modificações do coberto vegetal que resultam da implantação do PRGP- MOBA</li> </ul>	N.º e %	s/d	Câmaras Municipais	Anual	100% das ações previstas
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Extensão de espaços florestais alvo de reflorestação</li> </ul>	Hectares e %	s/d	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	Aumentar

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas de controlo de manchas contínuas demasiado extensas de espécies invasoras</li> </ul>	N.º	s/d	Câmaras Municipais e ICNF	Anual	Aumentar
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização dos serviços de ecossistemas</li> </ul>	N.º de serviços identificados	s/d	ICNF e Câmaras Municipais	Bianual	Aumentar
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas com reintrodução de espécies arbóreas autóctones</li> </ul>	Hectares	s/d	ICNF e Câmaras Municipais	Bianual	Aumentar
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Captura de Carbono</li> </ul>	Ton C (ha/ano)	eucalipto com 15-32 t CO2/ha/ano pinheiro-bravo 15-26 t CO2/ha/ano sobreiro 1,0-5,1 t CO2/ha/ano	ICNF e PRGP-MOBA	Quinquenal	Aumentar
<b>GOVERNANÇA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimento público em gestão florestal total e por tipologia de beneficiário</li> </ul>	Euros	s/d	PRGP- MOBA	Anual	Aumentar
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoios públicos mobilizados (instrumentos de financiamento)</li> </ul>	N.º e Euros	s/d	PRGP- MOBA	Anual	-
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Superfície de espaços florestais sob gestão conjunta</li> </ul>	%	s/d	PRGP- MOBA e Câmaras Municipais	Anual	Aumentar

## 10 QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

O processo da AAE foi elaborado de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com o PRGP-MOBA com o intuito de garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área envolvida. Assim, e numa análise por FCD, apresentam-se resumidamente as principais considerações:

### **FCD - Resiliência ao Fogo e Alterações Climáticas**

Em termos gerais, a proposta de implantação do PRGP-MOBA consegue efetivamente construir um DTP que visa através da compartimentação do coberto vegetal e da promoção de uma paisagem mais sustentável e diversa, reduzir a suscetibilidade do território a incidência de incêndios rurais. Através da elaboração de ações estratégicas que consideraram fatores naturais, económicos e sociais para formação da proposta. Ainda, é significativa a redução da perigosidade de incêndio rural no território de intervenção do PRGP-MOBA através do teste à resiliência o qual registou a redução de cerca de 94,7%.

Ainda, aproveitando o âmbito da proposta do Programa, destaca-se os impactos positivos da sua implantação face aos demais riscos identificados na mitigação destes e sobre efeitos a longo prazo sobre as alterações climáticas.

A gestão e transformação das áreas abrangidas pelo PRGP-MOBA também serão de grande valia para os serviços dos ecossistemas (benefícios que a humanidade retira dos ecossistemas e podem incluir bens materiais e/ou serviços imateriais), em especial os serviços de regulação, o qual a recuperação do coberto vegetal, reduz os processos erosivos do solo e de desertificação, redução de riscos de inundações pelo aumento da permeabilidade do solo, redução do assoreamento de cursos de água, além de auxiliar no sequestro de carbono e contribuir para a redução e adaptação às alterações climáticas.

### **FCD - Desenvolvimento e Valorização do Território**

Diante do grande desafio de promover o desenvolvimento económico, social e ambiental na área de intervenção do PRGP-MOBA, através da diversificação da sua base económica e da promoção da inovação, gerando empregos, valorização das atividades tradicionais, áreas multifuncionais e da diversificação da oferta turística sem perda da identidade cultural local, a proposta do Programa resulta em um balanço muito positivo.

Referente à análise integrada dos efeitos, objetivos estratégicos e ações demonstra um balanço significativamente positivo, potenciando as características ambientais e

económicas, o que resulta em oportunidades de empregos e melhora da qualidade de vida, resultando no reforço a fixação e atratividade da população na área de intervenção ao PRGP- MOBA.

Uma vez que a proposta consegue associar o reforço das atividades tradicionais, reordenar os espaços potencializando o uso do solo, possibilitando o incentivo as áreas multifuncionais, geração de novos produtos e subprodutos, verifica-se a relevância da implantação do Programa para a região, podendo vir a ser um modelo a ser seguido. Importa realçar as possibilidades da introdução de novos modos de produção no desenvolvimento das atividades económicas, como por exemplo na agricultura, através de potenciar a agricultura de conservação, agricultura biológica e agricultura de precisão, como novas vertentes desta prática. Já referente à multifuncionalidade da área, o PRGP reforça programas de incentivo a produção de mel, promoção do agro-silvo-pastoril e silvopastorícia.

A implantação do PRGP-MOBA é uma oportunidade de promover novos conceitos na realidade da região como promover a “Economia Circular” que assenta na reutilização, reparação, partilha e reciclagem de materiais e produtos existentes, prolongando o seu ciclo de vida. Ressalta-se a necessidade de motivar os proprietários a constituírem agrupamentos, de forma a investir e gerir suas propriedades, seja com o compartilhamento de equipamentos e/ou conhecimento técnico, de modo a quebrar o ciclo de desinvestimento e a promover a gestão ativa dos minifúndios.

Desta forma, a proposta do programa apresenta oportunidades de mudança não somente de ordenamento territorial, mas também de mudar comportamentos e ações, que se reflete na dinâmica territorial. Destaque para a articulação entre a proposta do PRGP-MOBA com diretrizes para inclusão nos instrumentos de gestão territorial dos concelhos abrangidos pelo Programa, nomeadamente, o Plano Diretor Municipal, a fim de alcançar efetivamente os objetivos para a região.

### **FCD - Recursos Naturais e Serviços dos Ecossistemas**

De um modo geral, a implantação do PRGP-MOBA resultará em implicações positivas sobre a proteção dos recursos naturais, nomeadamente através do ordenamento dos usos do solo, para além da proteção e valorização das espécies presentes e habitats onde se inserem, permitindo à população usufruir dos benefícios prestados pelos serviços dos ecossistemas.

Os efeitos da proposta do DTP do programa estão relacionados com a recuperação e valorização das linhas de água; manutenção e recuperação das galerias ripícolas; e os serviços dos ecossistemas de regulação com influencia nos ciclos hidrológicos. Neste contexto, verifica-se que a implantação do Programa terá efeitos positivos sobre a

qualidade do estado das massas de água, o qual preservará as linhas de água, assegurará a manutenção e recuperação das galerias ripícolas, protege e valoriza os habitats aquáticos e promoverá a valorização, recuperação e reabilitação da paisagem e ecossistema.

Referente à biodiversidade, a proposta do Programa apresenta a transformação maioritariamente das áreas em florestas de conservação/proteção, e matos, o que proporciona aumentar o fornecimento de habitats naturais e seminaturais com medidas de reflorestação com espécies autóctones, aumento de locais de refúgio e reprodução para plantas e animais selvagens (e.g. trabalhar habitats que promovam o reforço da comunidade de lobos), além de travar a evolução negativa dos estados de conservação dos habitats e espécies de flora e fauna que tem ocorrido.

Diante da necessidade de alcançar a sustentabilidade e missão de transformação da paisagem no PRGP-MOBA, importa realçar a importância da conservação do solo para alcançar uma paisagem sustentável, o qual depende diretamente de solos saudáveis, o qual evita a degradação, erosão e esgotamento dos solos, além de está relacionado com o abastecimento de água e as camadas de terra que funcionam como filtros naturais para melhorar a qualidade da água e outros. A proposta do DTP do programa alicerçada em considerar fatores como a aptidão do solo, uso atual do solo, declividade, entre outros, promove um melhor aproveitamento deste recurso, através da sua proteção, conservação e utilização sustentável proporcionando serviços dos ecossistemas relevantes em todos os níveis.

Outro ponto relevante são os serviços dos ecossistemas, o qual ainda são poucos os trabalhos na região sobre a temática, o qual junto com a elaboração e a implantação da proposta, terá o desenvolvimento de informações importantes.

### **FCD - Governança**

A importância da governança para a implantação do PRGP-MOBA é de principalmente fazer uma articulação entre a administração pública com os proprietários/gestores das áreas e população em geral. A governança deve oferecer alternativas viáveis para a execução do Programa, assim como a sensibilização da população quanto ao uso do fogo e a importância de se adotar a Programa. Assim, é essencial as fontes de financiamento para a execução das ações de transformação, desenvolvimento das atividades, apoio técnico, formação técnica e outras vantagens que a governança possibilita. De um modo geral, a governança é um aspeto positivo, que tem a impulsionar o sucesso do Programa, assim como de divulgar as informações produzidas.

Por sua vez, a participação pública irá ocorrer na fase seguinte, o qual visa que a participação da população proporcione um resultado no processo de elaboração do PRGP-MOBA.

## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O procedimento de AAE constitui-se como um instrumento de apoio à tomada de decisão no âmbito do processo de planeamento, através da identificação e avaliação de FCD consentâneos com os objetivos estratégicos do PRGP.

Para este caso específico, o processo de avaliação do desenvolvimento da proposta de que o presente Relatório Ambiental é testemunho, terá dado um contributo concreto para a solução final encontrada ao nível da proposta da elaboração do PRGP-MOBA. Assim, julga-se que o processo da AAE representou um contributo substantivo na forma como a proposta do plano acaba por ser apresentada e, em particular, nas medidas e ações preconizadas por este.

O processo da AAE permitiu a identificação de objetivos de proteção ambiental, efeitos significativos e medidas preventivas, associadas às propostas do plano, apontando igualmente, um conjunto de recomendações que visam a mitigação dos eventuais efeitos negativos e potenciação dos efeitos positivos sobre o ambiente.

Com a concretização do PRGP-MOBA, prevê-se uma série de oportunidades significativas para o desenvolvimento económico, social e ambiental na área de intervenção do PRGP-MOBA. Contudo, verifica-se que deverão ser ultrapassados desafios desde a implantação e execução do Programa, de forma a mudar mentalidades e atividades. Não sendo verificados efeitos negativos suficientemente relevantes que ponham em causa a sustentabilidade da proposta apresentada.